

POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS NA CAPITAL DOS GAÚCHOS: EXPERIÊNCIAS EM REDE DE SUSTENTABILIDADE E CIDADANIA

Patrícia da Silva Pereira – UFT/PIMPIA/SMED/PMPA.

patriciasp@smed.prefpoa.com.br

Eixo 2: América Latina e a educação dos trabalhadores (tendências conjunturais, educação comparada, políticas públicas, perspectivas).

Resumo: O presente trabalho (resumo do TCC do Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade – UFT) apresenta a Rede de Sustentabilidade e Cidadania, surgida pela necessidade de participação da comunidade do Loteamento Santa Teresinha, na cidade Porto Alegre/RS, e sua relação com os parceiros estatais e não estatais, que atuam direta e cotidianamente nesta localidade. Além da descrição do Loteamento, sua história e qualificação do espaço comunitário, estão relacionados os principais atores sociais, e seus papéis precípuos dentro e fora da Rede, bem como a forma como surgiu esta Rede, diferente das demais Redes de Proteção já estabelecidas setorialmente. Trata das relações sociais, as reflexões sobre esta comunidade, e com ela, suas necessidades e interesses, e a forma como estão organizando as ações, para que sejam implementadas, numa busca de emancipação social, da educação para cidadania, mas que segue ainda articulada pelas forças governamentais democraticamente postas, numa correlação de forças constante, na busca de se abrir espaços decisórios, sem perder as rédeas do poder de decisão política.

Palavras-Chave: gestão; cidadania; redes; comunidade.

Introdução

A cidade de Porto Alegre/RS é considerada uma das primeiras capitais brasileiras a fomentar Políticas Públicas numa visão mais atenta às iniciativas comunitárias, associativas e cooperativas, capazes de criar uma possibilidade de produção de meios de subsistência, cidadania, a partir de experiências sociais, educacionais e colaborativas em diversas comunidades e centros de convivência.

Por sua histórica característica de luta e participação cotidiana das resoluções políticas locais, governos locais têm mantido a preocupação com os espaços decisórios e formadores de opinião, mesmo que em instâncias de pequenos colegiados, redutos da resistência de comunidades periféricas, que buscam seu espaço de intervenção consciente e autogestionária. Isto instiga que estes governos voltem seu olhar, a partir de representações locais de suas Secretarias, executores das Políticas Públicas de Estado e de Governo, aos diversos Projetos que visam qualificar os espaços de vivência destas coletividades. Como bem lembra OLIVEIRA (2011),

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide, num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda Políticas interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as Políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Muitas experiências têm sido postas a termo, como as Associações e Centros Comunitários, parcerias com o Terceiro Setor – ONG, o Orçamento Participativo da cidade (com maior ou menor investimento), Cooperativas de Trabalho, e, mais atualmente, os Empreendimentos de Economia Solidária – EES (principalmente na cadeia produtiva do lixo/resíduos recicláveis, PET e artesanato) e as Redes de Políticas Públicas.

Todos estes espaços decisórios, ao longo do tempo, vêm demandando uma educação da população para a busca de seus direitos e dos meios de garantir a cidadania mais ampla e direta. Esta “educação” passa pela educação formal, escolar, mas vai além desta. Estamos falando de comunidades carentes, de baixa escolarização, que incide no baixo desempenho de nossos alunos, sendo um fator de desigualdade social e econômica. Este vínculo entre educação e desigualdade social *“é inegável e tem consequências importantes para se pensar as estratégias Políticas destinadas a enfrentar os problemas de desigualdade educacional”*, segundo OLIVEIRA(2011). Ou seja, a escola é um espaço importante na formação deste cidadão participativo e atuante, que pensa, reflete e busca modificar sua realidade em conjunto com outros cidadãos, independente de seu tempo e qualidade de escolarização. Seja a partir dos espaços em sala de aula, decidindo o que e como irão aprender, seja nos espaços de Grêmio Estudantil ou Conselho Escolar, e até mesmo nos novos espaços da Justiça Restaurativa (através dos Círculos Restaurativos e de Paz), todos são espaços dialéticos importantes para dar “voz e vez” a estes cidadãos em formação, e seus pais e responsáveis. A partir destas experiências, busca-se que estes mesmo cidadãos reproduzam estas práticas em seus espaços de convívio comunitário.

A grande questão aqui posta é como são formuladas e implementadas Políticas Públicas em que se possa combinar a capacidade de governabilidade com uma boa governança, aliada aos anseios das comunidades mais carentes e vulneráveis de nossa capital? Que experiências têm surgido desta escuta-ativa local, e qual o papel da educação na complexa interação de atores estatais e não estatais através da constituição de Redes de Políticas Públicas?

Para exemplificar, analisarei uma Rede de Sustentabilidade e Cidadania, formada recentemente por algumas Secretarias Municipais, que se articulam entre si, e com os “atores

sociais” parceiros das comunidades territorializadas e identificadas pelas suas especificidades e vulnerabilidades, existente na região central de nossa capital, e como se dá este trabalho interligado e coletivo, e qual o foco destes diversos parceiros, incluindo um dos EES existentes nesta comunidade específica, o Loteamento Santa Teresinha (antiga Vila dos Papeleiros).

A Comunidade

A Vila dos Papeleiros, situada na Avenida Voluntários da Pátria, na altura dos nº 1800/1980, no bairro Floresta, zona central de Porto Alegre/RS, foi atingida por um incêndio em fevereiro de 2005, quando as 213 famílias foram transferidas para a Casa de Passagem na zona Norte da capital. A maior parte dos moradores daquele local vive em situação de extrema pobreza, vivendo de “catar” latinhas e PET’s, selecionando o material reciclável no pátio e dentro das casas, convivendo com ratos, baratas e todos os tipos de animais que vivem nestes tipos de ambientes, ocasionando as típicas doenças de pele, respiratórias, etc.

Ao total, são 277 famílias, que receberam as casas pelo sistema de concessão remunerada, e não poderão ser vendidas, só transferidas por herança. São casas e sobrados, de dois e três quartos, além de dez unidades comerciais, sendo duas casas para pessoas com deficiência. Atualmente, o que se observa no local é a grande migração populacional, com as constantes trocas legalizadas entre os moradores de outros conjuntos habitacionais administrados pelo DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação, como a Nova Chocolate e COHAB Cavallhada, onde este Departamento realiza a troca das famílias interessadas, e a mudança com caminhão próprio.

Há casas transformadas em Centrais de resíduos, onde os moradores que vivem da “cata” de tração manual – carrinheiros – vendem os seus produtos obtidos nas proximidades, pesando-os e recebendo conforme o tipo e a quantidade de resíduo. O ambiente ainda é favorável a esta atividade econômica, pela proximidade da área central e, também, pela grande quantidade de indústrias e unidades comerciais dos bairros adjacentes (Floresta, Marcílio Dias, São Geraldo, etc.), que deixam seus resíduos expostos. Segundo alguns moradores, este ganho diário e imediato, aliado a baixa escolarização e ao recebimento de Programas de transferência de renda governamental, dificulta a manutenção destes, mesmo com algumas oportunidades de Capacitação, nos empregos formais. É uma concorrência desleal entre ter que trabalhar 30 dias, no mesmo horário e cumprindo regras de outros, e a

possibilidade de fazer suas regras, ganhar um pouco todos os dias, sem se importar com aparências, limites e forma de se relacionar socialmente viáveis. Aquilo que facilita e viabiliza a existência mínima, também acomoda!

A diferença é visual entre as casas de “papeleiros” e as casas dos demais moradores que exercem outras atividades produtivas. Os primeiros depositam seus materiais na frente, dentro dos pátios frontais, dentro de casa e nos fundos. Fazem até seus “puxadinhos” com lonas e telas nas calçadas e outros espaços vazios de uso comum. Em algumas casas, chegam a inviabilizar os atendimentos dos serviços, pois não há como entrar nos locais para prestar os devidos atendimentos. Encontramos algumas casas com “anexos” construídos nos fundos, para abrigar mais entes familiares no espaço disponível. São, em sua maioria, domésticas, trabalhadores das indústrias e construções próximas, alguns comerciários (Serventes, caixas) e aqueles que têm seus próprios pequenos negócios – os pontos comerciais do próprio Loteamento, e até mesmo Trailers de lanches em áreas mais afastadas.

Na região há algumas escolas de Ensino Fundamental pública estadual, onde a maior parte das crianças do local frequenta – E.E.E.F. Camila Furtado e o Colégio Estadual Marechal Floriano Peixoto, que contam com Cursos Politécnicos, Ensino Médio e Fundamental, há cinco quadras do Loteamento. Em nenhuma destas escolas há turmas de EJA – Educação de Jovens e Adultos, diurno e/ou noturno, que pudesse atender a demanda de alfabetização/letramento dos jovens e adultos locais. Esta falta de possibilidade de ampliar sua escolarização força que estas pessoas busquem atividades alternativas ao Mercado de Trabalho formal, visto que não tem possibilidade de concorrer com os demais candidatos em igualdade de condições: ficam restritos a atividades que não exijam tal conhecimento.

Como diz RIBEIRO,

Nesse movimento, em que as camadas populares criam novas formas de produzir, de conviver e de educar-se, gestam-se também novos conceitos, nos quais o conteúdo, marcado pelas práticas de cooperação e de solidariedade, projeta a emancipação social em sentido mais amplo do que o proposto pelos princípios abstratos de liberdade e de igualdade, ampliando-se, assim, o horizonte da educação para além da cidadania burguesa (2002).

Assim como não há escolas com EJA nas proximidades, também não contam com Galpão de Reciclagem dentro do próprio Loteamento, ficando estes carrinheiros com a opção de entregar seus produtos coletados aos intermediários/sucateiros dos depósitos próximos, ou reciclar/separar os resíduos em galpões coletivos próximos, onde necessitam contribuir com um percentual variável bem substancial pelo espaço utilizado. Todas as opções não são satisfatórias, mas, conjuntamente, estamos buscando soluções.

As Secretarias Municipais e suas atuações na comunidade

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre estrutura o Poder Executivo de maneira focalizada nos serviços a serem prestados à comunidade da capital. São 24 Secretarias Setoriais, uma Secretaria Especial (SEDA – Secretaria Especial dos Direitos dos Animais) e uma Secretaria Extraordinária (SECOPA – Secretaria Extraordinário da COPA). Há, ainda, 06 Departamentos/Fundações, 02 Coordenadorias, 07 Gabinetes específicos, e 03 Empresas Públicas.

Cada um destes entes tem seu papel bem definido, e buscam participar destas Redes de Políticas Públicas, reunindo as demandas e distribuindo as tarefas que competem a cada ente público, estatal ou não, buscando parcerias nas atividades e resolução dos problemas possíveis, na execução das Políticas Públicas previstas pelo Executivo.

Ao contrário do que possa parecer, o Estado envolvido no processo de Políticas Públicas através de rede não é um Estado prisioneiro e fragilizado em sua ação. Trata-se de um Estado que perdeu suas pretensões de dirigismo, mas que não abdicou de seu papel de formulador e implementador de políticas. Entretanto, este papel tradicional passa a ser combinado com uma nova maneira de processar as demandas, a saber, quando atores não estatais passam a estar incluídos ex ante na identificação de problemas e na proposição de soluções, inclusive com alguns desses atores assumindo parcela da responsabilidade em sua implementação (SANTOS, 2005).

Por mais interesse que haja na participação popular, não há ingenuidade que apague o lastro de comando e intencionalidade de abarcar os movimentos sociais para coadunar com os Projetos democraticamente eleitos, e dos quais estes movimentos sociais buscam, na correlação de forças, angariar seu “espaço ao sol”, em maior ou menor escala, conforme se fortaleçam qualitativa e quantitativamente naquele espaço político-social. O Estado Liberal não abre espaço para participação popular ao qual não possa manter o controle dos rumos ou das decisões, seja através dos limites de espaços físicos e de visibilidade (propaganda e contrapropaganda estatal), seja através da participação ativa de seus representantes nestes espaços decisórios populares. Por mais que os movimentos possam nascer dos anseios populares e/ou de suas necessidades, e possam representar a possibilidade de conquista da cidadania, os encaminhamentos ali postos podem acabar se tornando muito mais um “*pensar para a comunidade*” do que “*com ela*”. Mas isto não invalida a busca e conquista deste espaço, reinventado a cada nova necessidade surgida na comunidade.

Podemos definir as áreas de atuação de algumas das Secretarias Municipais, conforme divulgado no site da Prefeitura Municipal

(http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/), e atores não estatais, e na experiência que possuo na Rede.

* Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL): na Rede de Sustentabilidade e Cidadania, atuam diretamente, articulando as demais Secretarias, serviços e parceiros presentes, e também do CAR – Centro Administrativo Regional Centro, Conselho Tutelar e Orçamento Participativo, nas reuniões comunitárias, podendo auxiliar a estabelecer os papéis dos diversos entes presentes e, também quais os focos que podem ser mais rapidamente atingidos, dentre todas as propostas surgidas em cada encontro. Pensa com a comunidade, dentro dos parâmetros de governabilidade.

* Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC): formular, gerenciar e executar a política de Assistência Social no município de Porto Alegre, e é representado pelo CRAS e CREAS. O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Centro faz a coordenação dos serviços de diversos parceiros do Terceiro Setor, conveniados ou não, promovendo os encontros dos PAIF's setoriais e volante (na Casa Brasil), em dias e horários devidamente divulgados, tendo uma equipe composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e estagiários nestas áreas. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) deve ofertar atenções na ocorrência de situações de risco pessoal e social por negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física, psicológica e sexual, discriminações sociais, com atendimento prioritário às crianças, adolescentes e suas famílias.

* Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS): órgão gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) local, tendo como atribuições coordenar os serviços, as ações e políticas de saúde na capital. O Loteamento Santa Teresinha é referenciado ao Centro de Saúde Santa Marta, através do Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, e prioriza ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e das famílias, de forma integral, contínua e de qualidade, estimulando a organização da comunidade e efetiva participação popular. Tem equipe com Médicas Comunitárias, Enfermeiras e Agentes de Saúde, e acompanha de pacientes incapacitados de se locomover à unidade de saúde. Fazem também visita as famílias faltosas em atendimentos médicos básicos, como Clínico Geral, Vacinação, Pré-Natal e Pediatria e para averiguar a situação do não comparecimento/evasão.

* Secretaria Municipal de Educação (SMED): centralizadora e responsável direta pelo atendimento às comunidades mais carentes economicamente e com maior vulnerabilidade social da Capital, tendo ações voltadas à inserção social e cultural das suas comunidades escolares (Educação Infantil, Ensino Fundamental/EJA, Ensino Médio/Técnico) através de Ciclos de Formação, na escola regular (diurno e noturno) ou de turno Integral. No

Loteamento o trabalho de educação ocorre pelo PIMPIA, equipe que iniciou em Março deste ano, e atende gestantes e crianças até 6 anos, em atividades lúdicas, individuais e grupais, junto com seus cuidadores.

As Parcerias

* Centro Social Marista Irmão Antônio Bortolini: Por meio do Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), atende crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, filhos de moradores do Loteamento e arredores participam de oficinas de teatro, percussão/música, esporte/dança e artes/artesanato (120 jovens), oferecendo também alimentação, espaço de convivência para a comunidade, entre outras atividades. A Creche do Menino Jesus atende crianças de 0 a 6 anos, por meio de Convênio com a SMED. São em torno de 110 crianças organizadas em turmas de berçário a jardim. A AVESOL - Associação do Voluntariado e da Solidariedade, tem sua atuação fundamentada na educação popular, possui como campo preferencial de trabalho a Economia Solidária, o Voluntariado e a Assessoria a Projetos Sociais.

* Casa Brasil: projeto do Governo Federal, a partir da ONG Moradia e Cidadania, inaugurada em 2007, localiza-se na Avenida Voluntários da Pátria nº 2552, e conta com Telecentro, sala de Leitura/Biblioteca comunitária, laboratório de metareciclagem, estúdio multimídia, SASE – Projeto Tabor, e Empreendimento de Economia Solidária (EES), o Grupo Ziguezagueando. A EES “Ziguezagueando e Cortando Reto”, surgiu no ano de 2009, com o objetivo de instrumentalizar e desenvolver oficinas de costura, artesanato e customização e com isso oportunizar geração de trabalho e renda a Vila Santa Teresinha, e comunidades próximas.

* Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS): executa programas sociais em convênio com a FASC, atendimento à comunidade, Ação Rua e Trabalho Educativo. O Núcleo Ação Rua atua como articulador e proponente dos espaços de inclusão social para as situações de rua vividas na própria comunidade, atuando de forma preventiva, bem como acolhendo a demanda de abordagens da central telefônica e da região Centro da Cidade.

* Pastoral da Criança: Na comunidade, atuam três voluntárias da Paróquia Santa Teresinha, que atua há mais de 20 anos, visitando as famílias, verificando as suas necessidades, fazendo atividades recreativas para as crianças, e realizando a pesagem mensal das crianças até 4 anos de idade. É um trabalho assistencialista, e de evangelização, já que

segue os preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana, de orientação e cuidado das famílias cristãs, via CNBB.

* Associação de Mulheres do Loteamento Santa Teresinha: Para tentar superar as dificuldades e manter a união dos moradores, um grupo de voluntárias da Paróquia Santa Teresinha, que já atuava dentro da comunidade, formou a Associação de Mulheres da comunidade, levando-as a se reunir no Salão Paroquial, há cinco quadras do Loteamento. Neste espaço, as mulheres realizam oficinas de Artesanato com PET e outros materiais recicláveis, discussões sobre os problemas e necessidades da comunidade, e distribuição de Cestas Básicas mensalmente.

A rede de sustentabilidade e cidadania

A Rede de Sustentabilidade e Cidadania do Loteamento Santa Teresinha surgiu da necessidade abrir um espaço para a comunidade poder expressar-se de forma coletiva e direta, aos serviços que lá trabalham. Ela se diferencia das outras Redes de Proteção, pois vai à busca de dar bases para o exercício da democracia, e da participação dos cidadãos, numa visão global de atenção às famílias como um todo, não em partes (Crianças, Idosos, etc.).

Desde o início dos anos 1990, estudiosos vêm se debruçando sobre a capacidade do Estado em conseguir dar conta da agenda de demandas sobrecarregadas, em responder as pressões excessivas, e outros fatores provocados pela ampliação da participação Políticas. Diniz (1998) nos diz que este estrangulamento estratégico se situa “*no âmbito da execução das políticas, da capacidade de fazer cumprir as decisões tomadas e de assegurar a continuidade dos programas governamentais*”, que causaria a necessidade de analisar a capacidade do Estado de realizar suas funções básicas, como garantir saúde e educação.

Esta participação das comunidades, na forma que aí está posta, surgiu após a abertura política, com a redemocratização, no final dos anos 1980. Com a ascensão dos partidos de esquerdas e sua consequente chegada ao poder, e constante crescente dos movimentos sociais, em especial os de luta do campo, como o MST, assim como dos movimentos sindicais organizados da década de 1990, serviram de incentivo e balizador para a crescente vontade de uma parcela da sociedade em participar mais ativamente dos grupos de decisão local e institucional. Claro que, muito dessa “vontade” está mascarada na necessidade destes grupos sociais em tentar inserir-se no contexto de cidadania, visto que cada vez mais os espaços no

mercado de trabalho estão exíguos e disputados. Num contexto de globalização econômica, há uma disputa desigual entre cidadãos desiguais em oportunidades de educação e formação de cidadania. Isto marginaliza e exclui os já excluídos, forçando-os a buscar oportunidades alternativas, no mercado não formal, não legalizado e até, marginal.

O Estado, e seus entes colaborativos, tem sido entendido como a principal entidade responsável por promover o desenvolvimento nacional, percepção esta gerada pelas próprias experiências históricas dos países da região. Numa visão “Estadocêntrica”, este teria um significativo grau de autonomia em relação à sociedade. As decisões seriam tomadas em âmbito estatal, respeitando ou não as demandas e necessidades da sociedade, e depois repassadas para a sociedade, através das políticas Públicas. A sociedade caberia apenas acatar essas medidas, visto que “elegeu” democraticamente seus executores.

Outra forma de ver o Estado seria compreendendo as relações entre este e a Sociedade, numa visão “Sociocêntrica”: a máquina do Estado estaria a serviço da sociedade, de acordo com seus desejos e anseios.

Políticos e burocratas deveriam estar sempre atentos às demandas e necessidades sociais, de modo a poder responder rapidamente a elas. Essa visão entende o Estado como uma variável dependente da sociedade (minimizam a capacidade e o impacto que as instituições Públicas têm sobre as políticas Públicas). Os diferentes grupos (classes sociais) são determinantes na escolha das Políticas desenvolvidas pelo Estado (SERAFIG; DIAS, 2011).

Dentre as várias visões teóricas Sociocêntricas, pode-se destacar a visão marxista, que diz que o Estado é o resultado da disputa entre as classes sociais, e, portanto o Estado nada mais é que o reflexo destas disputas cotidianas. Ele existe para balizar os conflitos entre o capital e o trabalho, e tende, logicamente dentro da sociedade capitalista, invariavelmente a beneficiar o capital em detrimento do trabalho. Ou seja, embora, as mudanças nas correlações de forças e na forma das disputas, o capital se adapta as novas exigências, e o Estado muda apenas a sua agenda, nunca a sua essência.

A agenda pode ser entendida como o “espaço problemático” de uma sociedade. Um determinado tema é incorporado à agenda quando é identificado como problema passível de se converter em política Pública. Esse processo não deve ser entendido como estritamente técnico: a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionadas a elementos ideológicos e a projetos políticos. As políticas Públicas, por sua vez, seriam posicionamentos possíveis em relação a essa agenda, dadas as possibilidades teóricas, políticas e materiais apresentados aos atores que participam do jogo político (SERAFIG; DIAS, 2011).

Encontrada esta “agenda” dentro das relações entre os atores estatais e não estatais e a comunidade do Loteamento Santa Teresinha, e tendo as possibilidades de diálogo ampliadas através das atividades dos diversos serviços que por lá se situam e atuam, buscou-se realizar reuniões dentro do espaço comunitário. Com a cedência do refeitório do SASE Irmão Bortolini, e o chamamento de todos os serviços e da comunidade para a primeira reunião, realizada em Abril deste ano, houve a presença de apenas uma moradora, tivemos a oportunidade de ouvir questionamentos de como pode uma comunidade que se chamava “Papeleiros” não ter uma Usina de Reciclagem ou um galpão para depositar seus resíduos. E a questão dos ônibus que agora passavam por dentro do Loteamento, depois do atropelamento de um menino na avenida, e que transitavam em alta velocidade, botando outros em risco, além as dificuldades com as ruas tomadas de lixo e cachorros sarnosos e pulgentos.

Daquele e dos encontros seguintes, a Rede já tomou corpo e começou a dar seus primeiros resultados. A vinda da SEDA – Secretaria Especial de Direitos dos Animais, que lá ficou durante duas semanas consecutivas, vacinou e castrou uma grande quantidade de animais, diminuindo a incidência de zoonoses e problemas sanitários inerentes à procriação descontrolada e falta de cuidados básicos. A instalação de controladores de velocidade – pardais – em dois pontos de acesso ao Loteamento, bem como de duas novas câmeras de vigilância, para a segurança do local, já trouxeram algum alento às necessidades dos moradores.

Economicamente, vem se discutindo a necessidade de alternativas de qualificação dos trabalhadores da reciclagem, e também de outros trabalhadores locais, para que possam se inserir e permanecer no mercado de trabalho. Uma das coisas importantes diagnosticadas pelos próprios moradores que vem participando das reuniões de rede, é que a baixa (ou nenhuma) escolaridade dos moradores influi diretamente no acesso destes aos cursos de qualificação e empregos formais. Não temos ainda um estudo específico de qual o quadro de analfabetismo total, funcional ou baixa escolarização desta comunidade, pois é algo novo que surge na Rede. Mas ver que estas pessoas conseguem perceber que o “Estado de Direito” não lhes proporciona, direta ou indiretamente opções de escolarização formal, que lhes alicercem uma alavancada social, já é um ganho extraordinário. É o princípio da emancipação do pensamento lógico e social: são os oprimidos tomando consciência de sua opressão e de onde e quem é seu opressor. É a visão de que não existe nada mais econômico que a educação, pois esta é a chave emancipatória de todo o ser social, é a porta para a garantia da cidadania, da garantia dos direitos básicos, da desmarginalização dos sujeitos.

Ao mesmo tempo em que a educação básica é elemento indispensável à formação da força de trabalho, também o é para a integração social. Como requisito essencial à formação para o trabalho, a educação básica propicia aos indivíduos desenvolverem-se com maior adaptabilidade às mudanças no processo de trabalho, colocando-os em condições de continuar a aprender. Mas ela também contempla a necessidade de oferecer um mínimo de conteúdos à grande parte da população que se vê excluída do emprego formal e regulamentado, possibilitando às pessoas procurarem ocupações alternativas na esfera informal ou no trabalho autônomo. Além disso, e fundamentalmente, a educação básica pode exercer importante papel na integração social, retirando da marginalidade setores economicamente em risco (OLIVEIRA, 2011).

Ao longo da história, teóricos ligaram a teoria à prática da autogestão no trabalho e das lutas à necessidade de uma educação sistemática para além do capital, diretamente ligada à superação do trabalho alienado. Essa educação deveria preparar desde cedo as crianças para o “*autogoverno pelos produtores associados*”. Sempre é bom lembrar que a pedagogia da autogestão traz em si um tipo de participação e engajamento do trabalhador de uma forma, natureza e com objetivos totalmente distintos da educação Toyotista.

A pedagogia da autogestão conecta-se com uma perspectiva histórica bastante ampla, na qual podemos dizer que as formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, revelam um processo de auto-organização que era já entendido no seu duplo aspecto de meio e de fim. A autogestão das suas lutas revelava para os trabalhadores a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social (NOVAES; FARIAS, 2011).

A pedagogia das lutas dos trabalhadores contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para a superação da exploração e do próprio assalariamento. Na autogestão, os trabalhadores passam a questionar o abismo dos salários e a necessidade de sua superação – aquilo que Marx chamou de “*abolição do sistema salarial*”, a necessidade de unificar as lutas sociais, superar a divisão entre os que mandam e executam, a necessidade de controle da totalidade da produção e da distribuição através do planejamento democrático dessa produção, além de uma produção voltada para a satisfação das necessidades humanas (Novaes, 2011).

Os Empreendimentos de Economia Solidária ligados à Rede de Sustentabilidade, como a Ziguezagueando e Cortando Reto (Casa Brasil) e AVESOL (Maristas) ainda estão com seu papel sendo definido na comunidade e no próprio grupo da Rede, uma vez que como ainda não temos o Galpão de Reciclagem devidamente encaminhado, a AVESOL, que se ofereceu para auxiliar com Educador Social para estruturar e organizar o uso e a capacitação dos Recicladores, ainda não pode efetivar suas atividades frente à comunidade, mas a presença de sua coordenação dos Maristas segue acompanhando as reuniões. E a Casa Brasil

vem na busca da legalização de suas atividades, frente à FASC e as entidades reguladoras de Assistência Social, para buscar conveniamento, e as verbas estatais que poderão dar a sustentação de suas atividades, e qualificar as atividades de EES junto à comunidade do Loteamento.

A proposta atual da Rede de Sustentabilidade e Cidadania é ter uma Coordenação Colegiada: foram escolhidos seis membros da Rede, com representação paritária – dois membros da comunidade, dois membros representantes do Governo Municipal e dois membros dos Parceiros do Terceiro Setor. E mais um membro da equipe de Governo que realiza as Atas e faz os envios para os devidos articuladores de cada ator social ali estabelecido. Assim, todos os atores, independente de estarem na Coordenação Colegiada, ou compor a Rede, começam a ter suas funções específicas no processo democrático e decisório, buscando alcançar as diretrizes estabelecidas tanto pela comunidade, como as de serviços ali prestados. Estão sendo realizadas duas Reuniões de Rede de Sustentabilidade na comunidade: uma reunião mensal, na segunda sexta-feira do mês, com a comunidade, para pensar junto com os interessados as ações necessárias de cada ator social estatal ou não; e uma reunião de Sustentabilidade e Serviços, também realizada no SASE Irmão Bortolini, apenas com alguns dos atores estatais ou não, para dar segmento as diretrizes e atividades definidos na reunião com a comunidade, discutindo os meandros das relações internas sociais, e como fazer para implementar as solicitações, que ocorre na terça-feira da quinzena seguinte.

Vale lembrar que, para que todas as diretrizes consigam ser alcançadas (educação, cultura, esporte, formação inicial e geração de renda) há a necessidade de se ir além apenas da ingerência das Secretarias Municipais e outros gestores estatais ou não estatais. Estas não possuem em si só, os recursos humanos, financeiros ou programáticos para dar conta de todas estas diretrizes ao mesmo tempo. Há de se necessitar do trabalho em Redes Intersetoriais, integrando todas as disponibilidades locais de serviços e recursos. É aí que nascem os empecilhos...

Dentre as muitas questões que dificultam as práticas qualificadas das Políticas Públicas, tornando-as mais do que apenas “*projetos que funcionam no papel*” como dizem popularmente, está a nossa cultura de Redes de Políticas Públicas ainda muito recente no Brasil e na América do Sul, e os interesses em mantê-las individualizadas, por questões de engessamento da visão política e/ou disputas de poder no espaço político, entravam sua real articulação, numa falta de compreensão (ou de capacitação) de alguns Gestores, em compreender a importância deste pensar em conjunto, não apenas entre os articuladores estatais, mas com seus parceiros e a sociedade em geral.

A ideia de trabalho em Rede precisa ser bem compreendida e seus objetivos devem estar claros a todos os membros desta rede. Entende-se por Rede de Políticas Públicas o processo de formulação de Políticas na qual membros de uma ou mais comunidades de Políticas estabelecem uma relação de interdependência. É um trabalho conjunto, com foco bem definido, e papéis claros a serem exercidos. Estas Redes de Políticas Públicas não podem ser definidas unicamente através de sua interação inter-organizacional, mas também pela sua função: a formulação e implementação de medidas reais e palpáveis, e a educação para a cidadania. Para tanto, deve-se compreender que na sociedade existem diferentes atores interagindo de uma maneira relativamente descentralizada. Ou seja, Políticas Públicas são o resultado de uma complexa interação entre setores governamentais (Secretarias, Departamentos, Empresas e Fundações) e organizações não-estatais (ONG's, grupos religiosos, comunidades, associações, etc.).

Aliás, o Estado do Rio Grande do Sul vem se destacando em alguns estudos da área de Administração e Gestão, pelas diversas experiências fomentadas dentro da possibilidade de constituição de Redes de Políticas Públicas, de maneira bem satisfatória. SANTOS (2005) destaca o próprio Programa da Secretaria Estadual de Saúde, o Primeira Infância Melhor (que dá origem ao PIMPIA em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre), que busca parcerias com as diversas Prefeituras Municipais e suas Secretarias, UNESCO, Secretaria de Direitos Humanos, Governo Federal, entre tantos outros parceiros. Programa este que, segundo o Governo Federal, em recente discurso, será adaptado e expandido para outros Estados da Federação, principalmente no Nordeste brasileiro, através do Programa Brasil Carinhoso.

Conclusões

A Rede de Sustentabilidade e Cidadania do Loteamento Santa Teresinha, em Porto Alegre, ainda é uma experiência nova e que se encontra em período de amadurecimento e experimentação. Todos os atores sociais ali envolvidos diretamente, ainda estão buscando suas funções e espaços deliberativos, o que ensejará mediar os conflitos por vir, bem como os interesses da comunidade, foco deste trabalho. Há interesses diretos sendo levantados neste momento, e talvez ensejem um trabalho mais a miúdo, que mapeie casa a casa, família por família, o que se precisa colocar em primazia para o trabalho colaborativo da Rede.

Algumas alternativas para a inserção no mercado de trabalho formal, bem como a melhoria do nível de escolarização, e as questões de qualificação dos espaços de uso coletivo com a saída dos resíduos recicláveis, são neste momento, nosso ponto de pauta, o foco de nossas atividades na Rede de Sustentabilidade e Cidadania.

Talvez seja o momento de se buscar parceiros que atuam com os Empreendimentos de Economia Solidária local, como a Casa Brasil e a AVESOL, com sua experiência de autogestão do grupo, e da geração de emprego e renda, e adequar com as necessidades dos trabalhadores de reciclagem de resíduos. Aliar os conhecimentos, as necessidades, buscar mercado próprio, com os interesses daquele grupo de trabalho, valorizando as suas experiências de convivência e auto e co-educação social. É um ponto de partida...

Muitas experiências de autogestão do trabalho e da educação vem acontecendo ao longo da história dos últimos anos, como as “Escolas de Fábrica”, as escolas rurais de assentamentos do MST, as escolas das cooperativas cítricas e as experiências universitárias das incubadoras. Os trabalhadores e trabalhadoras de cooperativas e associações fazem a história, mas, em alguma medida, estão “presos” na história. Claro que não será uma jornada ascendente direta: muitos obstáculos se imporão no caminho. Do descrédito na possibilidade de inserir-se na cadeia produtiva, tanto da reciclagem, como em subprodutos destes resíduos, passando pela total aversão de alguns atores governamentais nas EES e suas produções artesanais ou de produtos necessários ao consumo da própria comunidade, bem demonstrada pela retirada das Feiras de Economia Solidária do Centro da cidade, entre outros eventos que consubstanciavam espaços de divulgação e venda. Existirão resistências e conflitos, pois não se espera que a classe dominante, os monopólios e oligopólios assistam passivamente à disseminação das cooperativas e associações de trabalhadores. Como dizem NOVAES e CASTRO, *“a crise estrutural do capital não conduz a um suicídio coletivo, sem resistir sob todas as formas possíveis à manutenção do seu poder e privilégios na sociedade de classes”*.

Os desafios estão colocados! Agora, cabe a Rede, na sua práxis, no fazer e refletir os seus atos, o amadurecimento de suas relações, e na eficácia de sua existência. Mas, principalmente, aos Gestores, que pensam e articulam estas Políticas Públicas, no reconhecimento que as ideias partilhadas em cada comunidade, caracterizam-nas e as constituem, e validam a necessidade de pensar com as mesmas o fazer a Política local para cada local.

Referências:

- DINIZ, Eli. “Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado”. Lua Nova, nº 45, p. 29-48. São Paulo: 1998.
- FREIRE, Paulo. “Pedagogia do Oprimido”. Editora Paz e Terra, 29ª edição. São Paulo: 1987.
- MEDEIROS, L.F.R.; MACEDO, K.B. “Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?” Revista Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.
- NOVAES, Henrique T. “*Em busca de uma pedagogia da produção associada*” NOVAES & CASTRO. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas Públicas da Economia Solidária, p. 305-337, volume 1. Ed. Outras Expressões, 1ª edição. São Paulo: 2011.
- _____ & FARIA, M. S. “*Para onde vão as fábricas recuperadas?*” In: “Em busca de uma pedagogia da produção associada” NOVAES & CASTRO. Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas Públicas da Economia Solidária, p. 305-337, volume 1. Ed. Outras Expressões, 1ª edição. São Paulo: 2011.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. “*Das políticas de Governo às Políticas de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira*”. In: Educação e Sociedade: revista de ciência e educação. Campinas: volume 32, nº 115, p. 265-600. Abr-Jun.2011.
- RIBEIRO, Marlene. “*Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais*”. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, volume 28, nº 2, p. 113-128, jul-dez.2002.
- SANTOS, Hermílio. “Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas Públicas”. Civitas, volume 5, nº 1, jan-jun. 2005, p. 59-68. Porto Alegre/RS.
- SCHNEIDER, Alessandra & RAMIRES, Vera Regina. “Primeira Infância Melhor: uma inovação em Políticas pública”. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.
- SERAFIM, Milena Pavan & DIAS, Rafael de Brito. “*Conceitos e Ferramentas para análise de políticas Públicas*” In: Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas Públicas da Economia Solidária, p. 305-337, volume 1. Ed. Outras Expressões, 1ª edição. São Paulo: 2011.